



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

XII Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

UTAO | Relatório de Atividades

Aprovado pela COFAP no dia 2.10.2013

O Relatório de Atividades é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

Introdução

1 Nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e na redação dada pela Resolução da Assembleia da República n.º 57/2010, de 23 de junho, apresenta-se o relatório da atividade desenvolvida pela UTAO durante a 2.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura.

2 Os trabalhos da UTAO decorreram conforme o Plano de Atividades aprovado na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) de 4.10.2012, para a 2.ª sessão legislativa da XII Legislatura, e de acordo com as orientações e solicitações da Mesa da COFAP.

Atividades

3 Na 2.ª sessão legislativa da XII Legislatura, a UTAO elaborou 44 documentos de cariz técnico, nomeadamente: 10 pareceres e 34 informações técnicas (ver listagem em anexo). Em termos de ano civil, entre janeiro e agosto de 2013 foram produzidos 31 documentos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Documentos Produzidos pela UTAO



Fonte: UTAO

4 Na 2.ª sessão legislativa o acompanhamento do programa de assistência financeira a Portugal no domínio das finanças públicas passou a ser efetuado regularmente e de uma forma autónoma, através de uma informação técnica.

5 Por solicitação da Mesa da COFAP, a UTAO realizou a avaliação de impacte orçamental da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª relativa à "Lei de Finanças das Regiões Autónomas".

6 Ao requerimento do Grupo Parlamentar do PS relativo ao "cálculo do multiplicador orçamental implícito às medidas de consolidação orçamental inscritas no OE/2012 e no OE/2013",

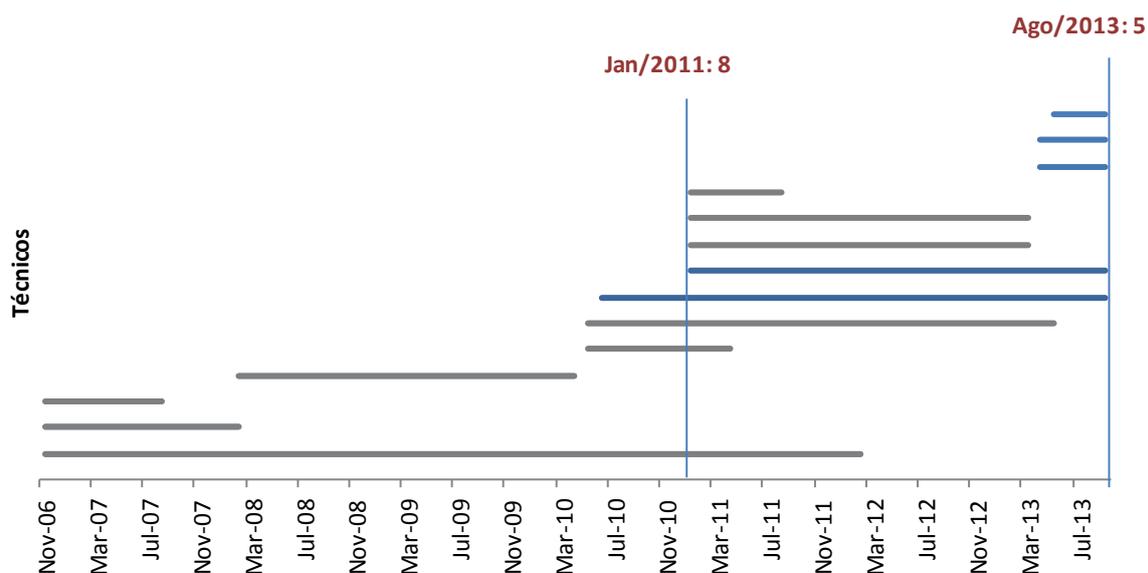
do dia 16 de outubro de 2012, não foi apresentada uma resposta integral devido à complexidade da matéria e à insuficiência de recursos humanos.

7 Ainda que abordados em diversas informações técnicas da UTAO sobre a execução orçamental, durante a 2.ª Sessão Legislativa não foram elaborados relatórios temáticos autónomos sobre assuntos de interesse da COFAP, nomeadamente sobre Segurança Social, Administração Regional e Local, Serviço Nacional de Saúde e Caixa Geral de Aposentações.

Recursos humanos

8 A UTAO iniciou e terminou a 2.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura com cinco consultores técnicos. A estabilidade no que se refere ao número de efetivos foi apenas aparente, uma vez que ocorreram alterações significativas a este nível durante a 2.ª Sessão Legislativa (Gráfico 2). Três consultores técnicos entraram em funções em abril e maio de 2013, admitidos através de um processo de recrutamento por cedência de interesse público iniciado em janeiro de 2013. A entrada dos novos recursos teve por objetivo a reposição do número total de efetivos em seis, uma vez que outros três elementos cessaram funções na UTAO e passaram a integrar o Conselho das Finanças Públicas. A saída do primeiro destes elementos ocorreu em fevereiro de 2012 (ainda na 1.ª Sessão Legislativa) e as restantes sucederam em abril de 2013. Em maio de 2013, um elemento da UTAO transitou para a Divisão de Apoio às Comissões da Assembleia da República.

Gráfico 2 – Evolução dos Recursos Humanos da UTAO



Fonte: UTAO | Nota: Cada barra representa um efetivo, por ordem de entrada, e o respetivo período de permanência. As barras a azul representam os atuais efetivos.

Contactos com entidades externas

9 Ao abrigo da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO desenvolveu contactos com diversos serviços do Ministério das Finanças para a obtenção da informação técnica com carácter regular, necessária à prossecução das suas competências. Nomeadamente os seguintes:

- Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Direcção-Geral do Orçamento;
- Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

10 Fora do âmbito da Lei n.º 13/2010 de 19 de julho, foram ainda solicitados elementos ao Instituto Nacional de Estatística e ao Departamento de Estatística do Banco de Portugal relativos às contas nacionais e à dívida das administrações públicas, informação que é da responsabilidade destas entidades.

ANEXO - Documentos produzidos na 2.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

N.º Ordem	Data	Tipo	N.º	Assunto
1	2012.09.26	Informação técnica	20	Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica - comparação entre versões
2	2012.10.01	Informação técnica	21	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a agosto de 2012
3	2012.10.02	Informação técnica	22	Contas das Administrações Públicas em contabilidade nacional - 1.º semestre de 2012
4	2012.10.11	Informação técnica	23	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - setembro de 2012
5	2012.10.23	Parecer Técnico	5	Análise da 2.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2012 [Proposta de Lei n.º 102/XII/2.ª]
6	2012.10.24	Parecer Técnico	6	Análise à proposta do Orçamento do Estado para 2013 [preliminar]
7	2012.10.31	Parecer Técnico	6	Análise à proposta do Orçamento do Estado para 2013 [substitui a versão preliminar de 23 de outubro]
8	2012.11.16	Informação Técnica	24	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a setembro de 2012
9	2012.11.20	Informação Técnica	25	Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica - comparação entre a 4.ª e a 5.ª revisão
10	2012.11.30	Informação Técnica	26	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a outubro de 2012
11	2012.12.11	Informação Técnica	27	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - novembro de 2012
12	2012.12.28	Parecer Técnico	7	Análise da Conta Geral do Estado de 2011
13	2013.01.02	Parecer Técnico	1	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - 3.º trimestre de 2012
14	2013.01.05	Informação técnica	2	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a novembro de 2012
15	2013.01.14	Informação técnica	3	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - dezembro de 2012
16	2013.01.22	Informação técnica	4	Contas das Administrações Públicas: 3.º trimestre de 2012
17	2013.01.24	Informação técnica	5	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a dezembro de 2012 (versão preliminar)
18	2013.02.04	Informação técnica	5	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro a dezembro de 2012 (substitui a versão preliminar)
19	2013.02.15	Informação técnica	6	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - janeiro de 2013
20	2013.02.26	Informação técnica	7	Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica - comparação entre a 5.ª e a 6.ª revisão
21	2013.03.01	Informação técnica	8	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro 2013
22	2013.03.12	Parecer Técnico	2	Análise de Impacte Orçamental da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª "Lei de Finanças das Regiões Autónomas" (versão preliminar)
23	2013.03.15	Informação técnica	9	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - fevereiro de 2013
24	2013.04.01	Informação técnica	10	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - fevereiro de 2013
25	2013.04.05	Informação técnica	11	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - 4.º trimestre de 2012
26	2013.04.08	Parecer Técnico	2	Análise de Impacte Orçamental da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª "Lei de Finanças das Regiões Autónomas"
27	2013.04.15	Informação técnica	12	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - março de 2013
28	2013.04.29	Informação técnica	13	Contas nacionais das administrações públicas - 4.º trimestre de 2012
29	2013.05.02	Informação técnica	14	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - março de 2013
30	2013.05.16	Parecer Técnico	3	Documento de Estratégia Orçamental: 2013-2017
31	2013.05.21	Informação técnica	15	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - abril de 2013
32	2013.05.30	Informação técnica	16	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - abril de 2013
33	2013.06.20	Parecer Técnico	4	Análise da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2013 [versão preliminar]
34	2013.06.12	Informação técnica	17	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - maio de 2013
35	2013.06.20	Parecer Técnico	4	Análise da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2013 [substitui a versão preliminar]
36	2013.07.01	Informação técnica	18	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - 1.º trimestre de 2013
37	2013.07.02	Informação técnica	19	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - maio de 2013
38	2013.07.08	Informação técnica	20	Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica - comparação entre a 6.ª e a 7.ª revisão
39	2013.07.12	Informação técnica	21	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - junho de 2013
40	2013.07.12	Informação técnica	22	Contas nacionais das administrações públicas - 1.º trimestre de 2013
41	2013.07.31	Informação técnica	23	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - junho de 2013
42	2013.08.12	Informação técnica	24	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - julho de 2013
43	2013.08.30	Informação técnica	25	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - julho de 2013
44	2013.09.06	Informação técnica	26	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - agosto de 2013